

Nº da proposição 01056/2023 Data de autuação 18/10/2023

Assunto principal: PROPOSIÇÕES Assunto: PROJETO DE LEI

Autor: DEPUTADO GUILHERME BISMARCK

Ementa:

DENOMINA EUCLIDES MOREIRA DA SILVA - KEKÉ A ARENINHA SITUADA NA PRAIA DE MAJORLÂNDIA, NO MUNICÍPIO DE ARACATI.

Comissão temática:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

N° do documento: (S/N) Tipo do documento: PROJETO DE LEI

DENOMINA EUCLIDES MOREIRA DA SILVA - KEKÉ, A ARENINHA SITUADA NA PRAIA DE MAJORLÂNDIA,

EM ARACATI.

Autor: 100088 - DEPUTADO GUILHERME BISMARCK
Usuário assinador: 100088 - DEPUTADO GUILHERME BISMARCK

Data da criação: 18/10/2023 09:02:32 **Data da assinatura:** 18/10/2023 09:04:35



GABINETE DO DEPUTADO GUILHERME BISMARCK

AUTOR: DEPUTADO GUILHERME BISMARCK

PROJETO DE LEI 18/10/2023

> DENOMINA EUCLIDES MOREIRA DA SILVA - KEKÉ, A ARENINHA SITUADA NA PRAIA DE MAJORLÂNDIA, NO MUNICÍPIO DE ARACATI.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ decreta:

Art. 1º Fica denominado de Euclides Moreira da Silva - KEKÉ, a areninha situada na Praia de Majorlândia, no Município de Aracati.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Euclides Moreira da Silva, conhecido por todos como Keké, nasceu no dia 15 de junho de 1932, e morou toda a sua vida na Praia de Majorlândia, local onde constituiu sua família e sua história como um grande desportista desta comunidade.

Filho do Sr. Augusto e de Dona Francisca, Keké, como era carinhosamente chamado por todos, manteve sua vida pautada na honestidade e, sobretudo, na simplicidade junto aos seus conterrâneos e amigos da Praia de Majorlândia.

Dedicou-se incansavelmente ao esporte na sua comunidade até os últimos dias de sua vida ativa e fundou, junto com alguns amigos, o time de futebol da Praia de Majorlândia, quando, a partir de então, várias gerações passaram a tê-lo como referência no esporte.

Pedreiro, carpinteiro e líder do lar, juntamente com sua esposa, Dona Maria de Fátima, criou de forma honrosa seus 06 (seis) filhos, dando sempre um grande exemplo de cidadão guerreiro, batalhador e comprometido com a vida da comunidade.

Em 02 de julho de 1985, aos 53 anos de idade, Euclides Moreira da Silva faleceu, deixando o seu legado no coração de cada um de nós, sobretudo dos seus filhos que, seguindo o exemplo do pai, são amantes e incentivadores do futebol, razão pela qual entendemos ser justa a homenagem, pelo que peço aos colegas Deputados e Deputadas o apoio para aprovação da presente proposição, após os devidos trâmites do processo legislativo.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Ceará, em 18 de outubro de 2023.

DEPUTADO GUILHERME BISMARCK

DEPUTADO (A)

N° do documento: (S/N) Tipo do documento: DESPACHO

Descrição: LEITURA NO EXPEDIENTE

Autor: 99725 - EVA SARA STUDART ARAÊJO PEREIRA

Usuário assinador: 99490 - DEPUTADO DANNIEL OLIVEIRA

Data da criação: 19/10/2023 09:52:28 **Data da assinatura:** 19/10/2023 10:04:31



MESA DIRETORA

DESPACHO 19/10/2023

LIDO NA 98ª (NONAGESIMA QUINTA) SESSÃO ORDINARIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 19 DE OUTUBRO DE 2023.

CUMPRIR PAUTA.

DEPUTADO DANNIEL OLIVEIRA

D1 - 12

1º SECRETÁRIO

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: INFORMAÇÂO

Descrição:ENCAMINHE-SE À PROCURADORIAAutor:99594 - PAULO SERGIO ROCHAUsuário assinador:99594 - PAULO SERGIO ROCHA

Data da criação: 26/10/2023 09:02:27 **Data da assinatura:** 26/10/2023 09:04:05



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

INFORMAÇÂO 26/10/2023

ALECE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA	DIRETORIA LEGISLATIVA	código:	FQ-COTEP-014-01
	FORMULÁRIO DE QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	FORMULÁRIO DE PROTOCOLO PARA PROCURADORIA	DATA REVISÃO:	24/01/2020

Encaminha-se à Procuradoria para emissão de parecer.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

PAULO SERGIO ROCHA

SECRETÁRIO (A) DA COMISSÃO





Fortaleza, 26 de outubro de 2023

Ofício nº 0190/2023-PROC.

Senhor Superintendente,

Tramita nesta Assembléia Legislativa, o Projeto de Lei n° 01056/2023, de autoria do Exm°. Sr. **DEPUTADO GUILHERME BISMARCK**, que **DENOMINA DE EUCLIDES MOREIRA DA SILVA – KEKÉ, A ARENINHA SITUADA NA PRAIA DE MAJORLÃNDIA, NO MUNICÍPIO DE ARACATI.**

Com o fim de instruir o processo, solicitamos a V. Exa. que nos sejam prestadas as seguintes informações sobre a referida **ARENINHA**:

- 1. Se efetivamente a **ARENINHA** foi ou está sendo construída com recursos públicos do Estado do Ceará;
- Em caso afirmativo, se os recursos financeiros aportados pelo Estado do Ceará representam parcela superior a 50%(cinquenta por cento) da obra financiada pelo Governo do Ceará, na forma de Convênio, nos termos da Lei nº 16.968, de 30 de agosto de 2019(DOE 30.08.2019).
- 3. Se a **ARENINHA** pertence ou pertencerá ao Domínio Público Estadual;
- 4. Se a Unidade já foi oficialmente denominada;
- 5. Se a sua construção já foi concluída;
- 6. Caso não tenha havido conclusão, se a obra se encontra em andamento, e em qual fase.

Solicitamos a V. Exa. que tais informações nos sejam enviadas com a urgência devida, de vez que esta Procuradoria-Geral tem que emitir parecer acerca da constitucionalidade, legalidade e juridicidade do referido Projeto de Lei, obedecendo a rígido prazo regimental.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a V. Exa. os nossos

protestos da mais elevada consideração.

WALMIR ROSA DE SOUSA COORDENADOR DAS CONSULTORIAS DA PROCURADORIA-GERAL DA ASSEMBLEIA LÉGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR

DD. SUPERINTENDENTE DE OBRAS PÚBLICAS - SOP AV. ALBERTO CRAVEIRO, 2775 - ARENA CASTELÃO

FRANCISCO QUIRINO VIEIRA NETO

Av. Desembargador Moreira, 2807-Dionísio Torres-cep: 60170-900 Fortaleza-Ceará Procuradoria-Anexo Sem. César Cals de oliveira-4º andar -Tel. 3277.3710





Fortaleza, 26 de outubro de 2023

Ofício nº 0190/2023-PROC.

Senhor Superintendente,

Tramita nesta Assembléia Legislativa, o Projeto de Lei n° 01056/2023, de autoria do Exmº. Sr. **DEPUTADO GUILHERME BISMARCK**, que **DENOMINA DE EUCLIDES MOREIRA DA SILVA – KEKÉ, A ARENINHA SITUADA NA PRAIA DE MAJORLÃNDIA, NO MUNICÍPIO DE ARACATI.**

Com o fim de instruir o processo, solicitamos a V. Exa. que nos sejam prestadas as seguintes informações sobre a referida **ARENINHA**:

- 1. Se efetivamente a **ARENINHA** foi ou está sendo construída com recursos públicos do Estado do Ceará;
- 2. Em caso afirmativo, se os recursos financeiros aportados pelo Estado do Ceará representam parcela superior a 50%(cinquenta por cento) da obra financiada pelo Governo do Ceará, na forma de Convênio, nos termos da Lei nº 16.968, de 30 de agosto de 2019(DOE 30.08.2019).
- 3. Se a **ARENINHA** pertence ou pertencerá ao Domínio Público Estadual;
- 4. Se a Unidade já foi oficialmente denominada;
- 5. Se a sua construção já foi concluída;
- 6. Caso não tenha havido conclusão, se a obra se encontra em andamento, e em qual fase.

Solicitamos a V. Exa. que tais informações nos sejam enviadas com a urgência devida, de vez que esta Procuradoria-Geral tem que emitir parecer acerca da constitucionalidade, legalidade e juridicidade do referido Projeto de Lei, obedecendo a rígido prazo regimental.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a V. Exa. os nossos

protestos da mais elevada consideração

WALMIR ROSA DE SOUSA COORDENADOR DAS CONSULTORIAS DA PROCURADORIA-GERAL DA ASSEMBLEIA LÉGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR FRANCISCO QUIRINO VIEIRA NETO DD. SUPERINTENDENTE DE OBRAS PÚBLICAS - SOP AV. ALBERTO CRAVEIRO, 2775 – ARENA CASTELÃO

Av. Desembargador Moreira, 2807-Dionísio Torres-cep: 60170-900 Fortaleza-Ceará Procuradoria-Anexo Sem. César Cals de oliveira-4º andar -Tel. 3277.3710





FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO

Processo N.º 08621146/2023	Fortaleza-CE, 01 de Novembro de 2023		
DE: SUPAE/SOP	PARA: DIFOR / SOP		
Gadyel Gonçalves	Caio Timbó		
ASSUNTO: SOLICITAÇÃO			

ATT. DR CAIO TIMBÓ,

Encaminhamos o presente processo para análise e providências, acerca da solicitação da Assembleia Legislativa, requerendo informação referente a areninha situada na praia de Majorlândia, no município de Aracati/CE.

SOP

FLS. Nº <u>04</u>

Rubrica





James Cond	ON
FL. N	05 V
RUB	TCA

FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO		
Processo nº 08621146/2023 Fortaleza-CE, 22 de novembro de 2023		
De: DIFOR/SOP	Para: SUPAE /SOP	
Assunto: Solicitação de informação so Majorlândia.	obre a areninha no município de Aracati, na praia de	

O presente processo versa sobre a solicitação de informação a respeito da areninha no município de Aracati, na praia de Majorlândia.

Em resposta ao ofício nº 0190/2023-PROC, fl.03, em nosso Sistema de Integrado de Gestão (SIGSOP) dispomos da seguinte informação:

- Houve a construção de uma areninha tipo II no município de Aracati, na praia de Majorlândia.
 - Respondendo o ponto 1: A referida obra foi construída com recursos públicos do Estado do Ceará.
 - Respondendo o ponto 2: Os recursos foram provenientes do Tesouro Estadual.
 - Respondendo o ponto 3: A obra passará a integrar o domínio público do município.
 - Respondendo o ponto 4: Esta SOP não dispõe sobre denominação do equipamento público.
 - Respondendo os pontos 5 e 6: A referida obra, cuja contratante é a SOP, está devidamente concluída.

de Abreu Timbó

Diretor de Fiscalização de Obras e Gestão Regional

DIFOR

Av. Alberto Craveiro. 2775 / Térreo - Castelão CEP: 60861-211 | Fortaleza, Ceará, Brasil CNP): 33.866.288/0001-30 Fone: (85) 3108.2800 / 3108.2801





Ofício nº 422/2023-SUPAE/SOP

Fortaleza, 12 de Dezembro de 2023

ILMO.WALMIR ROSA DE SOUSA

Coordenador das Consultorias da Assembleia Legislativa do CE. Av. Desembargador Moreira, 2807 — Dionísio Torres CEP: nº60170-900 — Fortaleza/CE

Prezado,

Cumprimentando-a cordialmente, o fazemos para encaminhar o processo referente o oficio nº 0190/2023-PROC, para conhecimento e devidas providências.

Atenciosamente.

Gadyel Conçalves De Aguiar paula Superintendente Adjunto de Edificações – SOP



N° do documento: (S/N) Tipo do documento: DESPACHO

Descrição:PL - 1056/2023 - À CONJURAutor:99313 - WALMIR ROSA DE SOUSAUsuário assinador:99313 - WALMIR ROSA DE SOUSA

Data da criação: 20/12/2023 10:42:25 **Data da assinatura:** 20/12/2023 10:44:50



PROCURADORIA - GERAL

DESPACHO 20/12/2023

ENCAMINHE-SE AO PROCURADOR CHEFE DA CONSULTORIA JURÍDICA, PARA ANÁLISE E EMISSÃO DE PARECER.

WALMIR ROSA DE SOUSA

COORDENADOR DA PROCURADORIA

N° do documento: (S/N) Tipo do documento: PARECER DA PROCURADORIA (1 ASSINATURA)

Descrição:PARECER PROJETO DE LEI 1056 - 2023Autor:99334 - ANDREA ALBUQUERQUE DE LIMAUsuário assinador:99334 - ANDREA ALBUQUERQUE DE LIMA

Data da criação: 20/02/2024 21:20:05 **Data da assinatura:** 20/02/2024 21:23:52



CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER DA PROCURADORIA (1 ASSINATURA) 20/02/2024

PROJETO DE LEI Nº 1056/2023

AUTORIA: DEPUTADO GUILHERME BISMARCK

MATÉRIA: DENOMINA EUCLIDES MOREIRA DA SILVA - KEKÉ, ARENINHA SITUADA NA PRAIA DE MAJORLÂNDIA, NO MUNICÍPIO DE ARACATI.

PARECER

Submete-se à apreciação da Procuradoria desta Casa de Leis, com esteio na Resolução 698/2019, em seu art. 36, inciso XII, a fim de emitir-se parecer técnico quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade, o **Projeto de Lei nº 1056/2023**, de autoria do Excelentíssimo Senhor **Deputado Guilherme Bismarck** que DENOMINA EUCLIDES MOREIRA DA SILVA - KEKÉ, ARENINHA SITUADA NA PRAIA DE MAJORLÂNDIA, NO MUNICÍPIO DE ARACATI.

I – DO PROJETO

Dispõem os artigos da presente propositura:

PROJETO DE LEI Nº 1056 / 2023

"DENOMINA EUCLIDES MOREIRA DA SILVA - KEKÉ, ARENINHA SITUADA NA PRAIA DE MAJORLÂNDIA, NO MUNICÍPIO DE ARACATI".

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 1º Fica denominado de Euclides Moreira da Silva - KEKÉ, a areninha situada na Praia de Majorlândia, no Município de Aracati.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME BISMARCK

DEPUTADO.

II - ASPECTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E DOUTRINÁRIOS

Preliminarmente, importa destacar que a Lex Fundamentalis, em seu bojo, assim prescreve no que é pertinente a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil.

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

Corroborando com esse entendimento, a Constituição do Estado do Ceará, por sua vez, estabelece em seu artigo 14, inciso I, "ex vi legis":

Art. 14. O Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, exerce em seu território as competências que, explícita ou implicitamente, não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal, observados os seguintes princípios:

I – respeito à Constituição Federal e à unidade da Federação.

Analisa-se primeiramente, se há o cumprimento dos requisitos formais e materiais exigidos pela Constituição para a elaboração das leis, uma vez que as competências legislativas são divididas pela Constituição Federal entre os entes da federação. Nesse sentido, é indispensável na análise técnica, observar se a proposta parlamentar corresponde aos pressupostos e procedimentos relativos à formação da lei.

Na Constituição Federal são enumerados os poderes (competências) da União, cabendo aos Estados, como se sabe, os poderes remanescentes. É bem verdade que cabem aos Estados não só as competências que não lhes sejam vedadas, mas também as enumeradas em comum com a União e os Municípios (art. 23), assim como a competência concorrente, citada no art. 24, e a competência exclusiva, referida no art. 25, parágrafos 2º e 3º da CF/88. Desta forma, tem-se que os Estados podem exercer em seu território as competências que, explícita ou implicitamente, não lhes sejam vedadas pela Carta Magna Federal, observando-se os princípios constitucionais pertinentes.

Competência, segundo José Afonso da Silva, ("Curso de Direito Constitucional Positivo". 26. ed. São Paulo - Malheiros, 2006. p. 479) é a faculdade juridicamente atribuída a uma entidade, ou a um órgão ou agente do Poder Público para emitir decisões. Competências são as diversas modalidades de poder de que se servem os órgãos ou entidades estatais para realizar suas funções.

Quanto à constitucionalidade do projeto no âmbito federal, a Constituição Federal, lei suprema do ordenamento jurídico brasileiro dispõe em seu artigo 25, que cabe aos Estados a competência para legislar sobre matéria residual, tal como é o caso apresentado:

- **Art. 25.** Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.
- § 1°. São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

IV - DOS BENS PÚBLICOS

Dessume-se, então, do enunciado da Lei Maior, inexistir legislação específica regulamentando a matéria em questão (denominação de bens públicos). Apenas e tão somente trata-se de competência não vedada pela Constituição Federal, podendo assim o Estado exercer em seu território as competências que, explícita ou implicitamente, não lhe sejam vedadas pela Carta Magna Federal, observando-se certos princípios constitucionais.

Reza, ainda, a Constituição da República, em seu art. 26, incisos I a IV, "in verbis":

Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:

- I as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;
- II as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;
- III as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;
- IV as terras devolutas não compreendidas entre as da União." (grifamos).

A Constituição do Estado do Ceará, por sua vez, estabelece em seus artigos 19, inciso V e 50, inciso XIII, "ex vi legis":

Art. 19. Incluem-se entre os bens do Estado:

I – os que atualmente lhe pertencem;

(...)

V – os que tenham sido ou venham a ser, a qualquer título, incorporados ao seu patrimônio.

Art. 50. Cabe a Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, dispor acerca de todas as matérias de competência do Estado do Ceará, especialmente sobre:

(...)

XIII – bens de domínio do Estado e proteção do patrimônio público; (grifo nosso).

O presente projeto objetiva DENOMINAR EUCLIDES MOREIRA DA SILVA - KEKÉ, ARENINHA SITUADA NA PRAIA DE MAJORLÂNDIA, NO MUNICÍPIO DE ARACATI.

Consta em anexo via da certidão de óbito, fls. 3, conforme determina a legislação pertinente.

Sendo assim, cumpre-nos ressaltar a observância à restrição da Constituição Estadual, em seu art. 20, inciso V, quanto à denominação de bens públicos:

Art. 20. É vedado ao Estado:

(...)

V – atribuir nome de pessoa viva a avenida, praça, rua, logradouro, ponte, reservatório de água, viaduto, praça de esporte, biblioteca, hospital, maternidade, edifício público, auditórios, cidades e salas de aula. (grifo inexistente no original)

Destaque-se, ainda, que o nome da pessoa a ser utilizado para denominar o bem não consta no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, de que trata a Lei Federal nº 12.528/2011, como responsável por violações de direitos humanos, nem se trata de agente público, ocupante de cargo de direção, chefia, assessoramento ou assemelhados e pessoa que tenha praticado ou pactuado, direta ou indiretamente, com violações de direitos humanos, notadamente durante o período da ditadura militar, nos termos da Lei Estadual nº 16.832, de 14 de janeiro de 2019.

Ocupando a Constituição o topo da hierarquia do sistema normativo, é nela que o legislador encontrará a forma de elaboração legislativa e o seu conteúdo. Qualquer espécie normativa editada em desrespeito ao processo legislativo, mais especificamente, inobservando aquele que detinha o poder de iniciativa legislativa para determinado assunto, apresenta flagrante vício de inconstitucionalidade.

Atendendo à solicitação desta Procuradoria, feita por meio do Ofício nº 190/2023-PROC, datado de 26 de outubro de 2023, nos foi informado pela DISFOR/SOP, no Processo Nº 08621146/2023, datado de 22 de novembro de 2023, acerca dos seguintes questionamentos:

- 1. A referida obra foi construída com recursos públicos do Estado do Ceará.
- 2. Os Recursos foram provenientes do Tesouro Estadual.
- 3. A obra passará a integrar o domínio público do Município.
- 4. Esta SOP não dispõe sobre denominação do equipamento público.
- 5 e 6. A devida obra, cujo contratante é a SOP, está devidamente concluída.

Como se sabe, o Estado do Ceará editou a Lei nº 16.968/2019, que especifica, em seu art. 1º, que os convênios ou instrumentos congêneres celebrados para realização de obras públicas financiadas pelo Governo do Estado, em patamar superior a 50% (cinquenta por cento) deverão conter cláusula expressa indicando que a denominação do bem público será realizada por Lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Ceará.

Isso posto, considerando a resposta fornecida pela SOP, que indaga se os recursos financeiros aportados pelo Estado do Ceará representam parcela superior a 50% (cinqüenta por cento) da obra financiada pelo Governo do Estado do Ceará, na forma de Convênio, nos termos da Lei nº16.968/2019, esclareceu que os recursos são provenientes do Tesouro Estadual, conclui-se que compete a Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, dispor acerca da denominação do bem público especificado nesta proposição.

V - CONCLUSÃO

Assim, pelo exposto, somos de PARECER FAVORÁVEL a regular tramitação do presente Projeto de Lei, pois se ajusta à exegese dos artigos 58, inciso III, e 60, inciso I, da Carta Estadual, como também aos artigos 200, inciso II, alínea "f" e 209, inciso VI do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Resolução 754, de 02/03/2023).

É o parecer, salvo melhor juízo.

CONSULTORIA TÉCNICO-JURÍDICA DA PROCURADORIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

ANDREA ALBUQUERQUE DE LIMA

Andrea Aprianana

ANALISTA LEGISLATIVO

Nº do documento:(S/N)Tipo do documento:DESPACHODescrição:PL 1056/2023 - ENCAMINHAMENTO À PROCURADORIA GERALAutor:99281 - FRANCISCO JOSE MENDES CAVALCANTE FILHO

Usuário assinador: 99281 - FRANCISCO JOSE MENDES CAVALCANTE FILHO

Data da criação: 22/02/2024 08:00:47 **Data da assinatura:** 22/02/2024 08:04:14



CONSULTORIA JURÍDICA

DESPACHO 22/02/2024

De acordo com o parecer.

Encaminhe-se ao Senhor Procurador Geral.

FRANCISCO JOSE MENDES CAVALCANTE FILHO

DIRETOR DA CONSULTORIA TÉCNICO JURÍDICA

N° do documento: (S/N) Tipo do documento: DESPACHO

Descrição: PROJETO DE LEI Nº 1056/2023 - PARECER - ANÁLISE E REMESSA À CCJR.

Autor:99649 - RODRIGO MARTINIANO AYRES LINSUsuário assinador:99649 - RODRIGO MARTINIANO AYRES LINS

Data da criação: 23/02/2024 09:23:01 **Data da assinatura:** 23/02/2024 09:26:33



GABINETE DO PROCURADOR

DESPACHO 23/02/2024

De acordo com o parecer.

À Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

RODRIGO MARTINIANO AYRES LINS

PROCURADOR

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: MEMORANDO

Descrição:DESIGNAÇÃO DE RELATORIA NA CCJRAutor:99417 - DEP. JULIO CESAR FILHOUsuário assinador:99417 - DEP. JULIO CESAR FILHO

Data da criação: 13/03/2024 11:18:58 **Data da assinatura:** 13/03/2024 11:22:43



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

MEMORANDO 13/03/2024

	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-002-03
AUECE ASSEMBLIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES	DATA EMISSÃO:	11/06/2018
	MEMORANDO DE DESIGNAÇÃO DE RELATORIA	DATA REVISÃO:	01/03/2023

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Felipe Mota

Assunto: Designação para relatoria

Senhor Deputado,

Conforme prevê o art. 73, inciso IV, da Resolução nº 751, de 14 de dezembro de 2022 (Regimento Interno da ALECE), designamos Vossa Excelência para relatar:

Projeto: SIM.

Emenda(s): NÃO.

Regime de Urgência: NÃO.

Seguem os prazos, estabelecidos no art. 90, do Regimento Interno, os quais devem ser observados:

Art. 90. . O relator terá, para apresentação de seu parecer escrito, os seguintes prazos:

I – 10 (dez) dias, nas matérias em regime de tramitação ordinária;

II - 3 (três) dias, nas matérias em regime de prioridade;

III – 1 (um) dia, nas matérias em regime de urgência.

Outrossim, solicitamos que a proposição seja devolvida à Comissão tão logo seja emitido o parecer.

Atenciosamente,

DEP. JULIO CESAR FILHO

fr.

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

N° do documento: (S/N) Tipo do documento: PARECER

Descrição: PARECER FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI Nº. 1056/2023, DE AUTORIA DO DEPUTADO GUILHERME

BISBARCK

Autor:100027 - DEPUTADO FELIPE MOTAUsuário assinador:100027 - DEPUTADO FELIPE MOTA

Data da criação: 03/04/2024 09:33:37 **Data da assinatura:** 03/04/2024 09:38:33



GABINETE DO DEPUTADO FELIPE MOTA

PARECER 03/04/2024

PARECER AO PROJETO DE LEI 1056/2023, QUE DENOMINA EUCLIDES MOREIRA DA SILVA - KEKÉ A ARENINHA SITUADA NA PRAIA DE MAJORLÂNDIA, NO MUNICÍPIO DE ARACATI.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei proposto pelo r. Deputado Guilherme Bismarck, cujo objetivo é "DENOMINAR DE EUCLIDES MOREIRA DA SILVA - KEKÉ A ARENINHA SITUADA NA PRAIA DE MAJORLÂNDIA, NO MUNICÍPIO DE ARACATI".

Em apertada síntese, é o relatório.

II - ANÁLISE

O Projeto de Lei nº 1056/2023 passa a ser objeto de análise pela presente Comissão de Constituição, Justiça e Redação. A Propositura em questão remete a um Projeto de Lei que visa "DENOMINAR DE EUCLIDES MOREIRA DA SILVA - KEKÉ A ARENINHA SITUADA NA PRAIA DE MAJORLÂNDIA, NO MUNICÍPIO DE ARACATI".

Conforme a competência atribuída a presente Comissão, não se vislumbram vícios para a inadmissibilidade do Projeto nesta Casa Legislativa, conforme preceituado nas Constituições Federal e Estadual, e que se ajusta a exegese dos artigos 58, inciso III e 60 inciso I, da Carta Magna Estadual, tudo em conformidade com a redação dos artigos 200, inciso II, alínea "b" e 210, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, que versam sobre matéria trazida pela proposição:

Art. 58. O processo legislativo compreende a elaboração de:

III – leis ordinárias;

Art. 60. Cabe a iniciativa de leis:

I – aos Deputados Estaduais;

Destaca-se, que não existe óbice à referida propositura, sendo analisada neste momento sua admissibilidade e constitucionalidade, sendo assim, o projeto em questão encontra-se dentro dos ditames legais previstos nas Constituições Estadual e Federal, bem como, ajusta-se ao Regimento Interno desta casa.

Certos da relevância da matéria apresentada pelo nobre parlamentar e a justificativa apresentada fundamentando o projeto, é de suma importância a aprovação nesta Casa Legislativa.

III – VOTO

Destarte, somos pelo **PARECER FAVORÁVEL** a regular tramitação do Projeto de Lei nº. 1056/2023, de autoria do Deputado Guilherme Bismarck haja vista a importância da matéria apresentada.

É o parecer, salvo melhor juízo.

DEPUTADO FELIPE MOTA

DEPUTADO (A)

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Descrição:DELIBERAÇÃO NA CCJRAutor:100101 - DEP. DE ASSIS DINIZUsuário assinador:100101 - DEP. DE ASSIS DINIZ

Data da criação: 10/04/2024 08:57:03 **Data da assinatura:** 10/04/2024 09:01:18



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO 10/04/2024

	DIRETORIA LEGISLATIVA	CÓDIGO:	FQ-COTEP-004-02
ALECE ASSEMBLEA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA	FORMULÁRIO DA QUALIDADE COMISSÕES TÉCNICAS PERMANETES	DATA EMISSÃO:	20/06/2018
	CONCLUSÃO DA COMISSÃO	DATA REVISÃO:	01/03/2023

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA Data 09/04/2024

COMISSÃO COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

CONCLUSÃO: APROVADO PARECER DO RELATOR

J.

DEP. DE ASSIS DINIZ

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO EM EXERCÍCIO

N° do documento: (S/N) Tipo do documento: DESPACHO

Descrição: APROVAÇÃO

Autor: 99725 - EVA SARA STUDART ARAÊJO PEREIRA

Usuário assinador: 99490 - DEPUTADO DANNIEL OLIVEIRA

Data da criação: 15/04/2024 10:44:16 **Data da assinatura:** 15/04/2024 13:20:20



MESA DIRETORA

DESPACHO 15/04/2024

APROVADO EM DICUSSÃO INICIAL E VOTAÇÃO 25ª (VÍGESIMA QUINTA) SESSÃO ORDINARIA DA 2º SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 10 DE ABRIL DE 2024.

APROVADO EM DISCUSSÃO FINAL E VOTAÇÃO NA 17ª (DÉCIMA SÉTIMA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2° SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 10 DE ABRIL DE 2024.

APROVADO EM DISCUSSÃO FINAL E VOTAÇÃO NA 18ª (DÉCIMA OITAVA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2º SESSÃO LEGISLATIVA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EM 10 DE ABRIL DE 2024.

D-1 - 12

DEPUTADO DANNIEL OLIVEIRA

1º SECRETÁRIO



AUTÓGRAFO DE LEI NÚMERO SETENTA E DOIS

DENOMINA EUCLIDES MOREIRA DA SILVA -KEKÉ A ARENINHA SITUADA NA PRAIA DE MAJORLÂNDIA, NO MUNICÍPIO DE ARACATI.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

DECRETA:

www

Art. 1.º Fica denominada Euclides Moreira da Silva - Keké a Areninha situada na Praia de Majorlândia, no Município de Aracati.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTAI ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza,

10 de abril de 2024.

DEP. EVANDRO LEITÃO PRESIDENTE

DEP. FERNANDO SANTANA 1.º VICE-PRESIDENTE

DEP. DAVID DURAND 2.º VICE-PRESIDENTE (em exercício)

DEP. DANNIEL OLIVEIRA 1.º SECRETÁRIO

DEP. JULIANA LUCENA 2. SECRETÁRIA

DEP. JOÃO JAIME 3.º SECRETÁRIO

DEP. DR. OSCAR RODRIGUES 4.º SECRETÁRIO

LEI Nº18.757, de 02 de maio de 2024.

(Autoria: De Assis Diniz)

INSTITUI O DIA ESTADUAL DA HEROÍNA BÁRBARA PEREIRA DE ALENCAR.
O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1.º Fica instituído o Dia Estadual da Heroína Bárbara Pereira de Alencar no Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado do Ceará, a ser comemorado, anualmente, em 28 de agosto. Árt. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, de 02 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa GOVERNADOR DO ESTADO

LEI Nº18.758, de 02 de maio de 2024.

(Autoria: Missias Dias)

DENOMINA RAIMUNDO MOREIRA DE SOUSA A ARENINHA LOCALIZADA NO BAIRRO VILA NOVA, NO MUNICÍPIO DE BATURITÉ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica denominada Raimundo Moreira de Sousa a areninha localizada no bairro Vila Nova, no Município de Baturité. Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, de 02 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa GOVERNADOR DO ESTADO

LEI Nº18.759, de 02 de maio de 2024.

(Autoria: Missias Dias)

DENOMINA ORISSON MATIAS A ARENINHA LOCALIZADA NO BAIRRO ALTO ALEGRE, NO MUNICÍPIO DE BATURITÉ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica denominada Orisson Matias a Areninha localizada no bairro Alto Alegre, no Município de Baturité. Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, de 02 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa GOVERNADOR DO ESTADO

*** *** ***

LEI Nº18.760, de 02 de maio de 2024.

(Autoria: Marcos Sobreira)

DENOMINA ANTÔNIO CAPISTRANO MARTINS O TRECHO DA RODOVIA ESTADUAL CE-166, QUE LIGA A SEDE DO MUNICÍPIO DE ACOPIARA AO SÍTIO EBRON.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica denominado Antônio Capistrano Martins o trecho da Rodovia Estadual CE-166, que liga a sede do Município de Acopiara ao Sítio Ebron. Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, de 02 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa GOVERNADOR DO ESTADO

*** *** ***

LEI Nº18.761, de 02 de maio de 2024.

(Autoria: Evandro Leitão)

DENOMINA RAIMUNDO FERREIRA DE SOUSA A ARENINHA DA LOCALIDADE DE SÃO LOURENÇO, NO MUNICÍPIO DE FORQUILHA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Denomina Raimundo Ferreira de Sousa a Areninha da localidade de São Lourenço, no Município de Forquilha. Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, de 02 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa GOVERNADOR DO ESTADO

LEI Nº18.762, de 02 de maio de 2024.

(Autoria: Guilherme Bismarck)

DENOMINA EUCLIDES MOREIRA DA SILVA - KEKÉ A ARENINHA SITUADA NA PRAIA DE MAJORLÂNDIA, NO MUNICÍPIO DE ARACATI.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1.º Fica denominada Euclides Moreira da Silva – Keké a Areninha situada na Praia de Majorlândia, no Município de Aracati.
Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, de 02 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa

GOVERNADOR DO ESTADO

LEI Nº18.763, de 02 de maio de 2024.

(Autoria: Guilherme Bismarck)

DENOMINA AUDÍSIO RAFAEL DOS SANTOS A ARENINHA SITUADA NA LOCALIDADE DO CAJUEIRO, NO MUNICÍPIO DE ARACATI.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica denominada Audísio Rafael dos Santos a Areninha situada na localidade de Cajueiro, no Município de Aracati.
Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, de 02 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa

GOVERNADOR DO ESTADO

LEI Nº18.764, de 02 de maio de 2024.

(Autoria: Guilherme Bismarck)

DENOMINA FRANCISCO DE ASSIS SIMÕES DA SILVA – PATOLA A ARENINHA SITUADA NA PRAIA DE QUIXABA, NO MUNICÍPIO DE ARACATI.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica denominada Francisco de Assis Simões da Silva – Patola a Areninha situada na Praia de Quixaba, no Município de Aracati. Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, de 02 de maio de 2024.

Elmano de Freitas da Costa GOVERNADOR DO ESTADO

